



SERVIÇO PROFESSORAS(ES)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

Eixo 06 – Currículo, Formação, Diversidade e Diferença

O LEGADO DO MOVIMENTO TRAVESTI PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS PLURAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS OBRAS *PEDAGOGIA DA DESOBEDIÊNCIA* E *PEDAGOGIA DAS TRAVESTILIDADES*

REIS, Gabriel Rezende Silva. UEFS
gabrielrezende.contato@gmail.com

BARRETO, Mariana Leonesy da Silveira. UEFS
mlsbarreto@uefs.br

SILVA, Elizabete Carneiro da. UEFS
carneirobette@gmail.com

MATOS, Ingrid Amaral de. UEFS
ingridamaraluefs@gmail.com

A trajetória do movimento travesti no Brasil é um legado de resistência e luta por reconhecimento em uma sociedade marcada por desigualdades e violência. A marginalização da população LGBTQIAPN+, especialmente das pessoas trans e travestis, é uma realidade cruel que se manifesta em diversas esferas da vida social, inclusive na esfera educativa. Há uma carência de políticas de inclusão das pessoas trans e travestis que demonstram as diversas omissões que se materializam em violências e negações de suas subjetividades. Levando essa realidade em consideração, o presente trabalho tem o objetivo de analisar, a partir de um estudo bibliográfico, as contribuições da pedagogia travesti e do movimento travesti a partir das obras de Thiffany Odara e Maria Clara Araújo dos Passos. Considera-se o estudo dessa temática extremamente importante para a construção de práticas educativas plurais, emancipatórias e equitativas que sejam capazes de promover o respeito à diversidade na escola, pois de acordo com o Atlas da Violência (2023), a transfobia contribui para o aumento dos assassinatos de pessoas trans, bem como, com a alta taxa de evasão escolar, dados que contrastam com a hipocrisia de um país que, embora seja o maior consumidor de pornografia trans, não garante a inclusão e o respeito à diversidade dessas pessoas no contexto educacional. Nota-se que nas escolas, principalmente na educação básica, ainda prevalece uma cultura cis-heteronormativa e transfóbica, o que se mostra como um dos principais impedimentos para um ambiente escolar respeitoso, acolhedor e inclusivo. A maioria dos professores e familiares ainda apresentam um viés religioso-moral, por isso temas atrelados ao gênero e sexualidade ainda são considerados como tabus. Há um silenciamento das discussões sobre gênero e sexualidade, o que corrobora com o processo de exclusão de pessoas trans em sala de aula as quais são constantemente vítimas de violência (Silva, 2021). A escassez dessas



SERVIÇO PROFESSORAS(ES)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

pautas, principalmente na perspectiva trans, bem como, a carência de políticas públicas voltadas para o combate à transfobia nas escolas contribui para que o preconceito contra as pessoas trans persista. No Brasil, há um descaso com a inclusão da educação sexual e a mídia cria polêmicas de cunho religioso com o intuito de coibir a educação sexual nas escolas, alarmar a opinião pública e moldar uma pedagogia cis-heteronormativa que cerceia corpos e silencia identidades plurais. Percebe-se que muitas vezes a escola é influenciada pela “polícia de gênero” descrita por Butler (2019), pois reproduz práticas de controle e de disciplina que reforçam normas de gênero e de sexualidade. Tais práticas pedagógicas se manifestam através de mecanismos de classificação, organização e hierarquização de um padrão normativo que exclui todos aqueles que não se encaixam no modelo binário e cis-heteronormativo de modo a corroborar com a exclusão social (Louro, 2001). Sendo assim, torna-se crucial discutir os passos para uma educação transformadora e emancipatória, visando construir um olhar sócio-histórico da pedagogia travesti e da organização do movimento travesti no Brasil. É preciso discutir gênero e sexualidade nas universidades e, principalmente, nos cursos de licenciatura de modo a contribuir com formação de professores que consigam transformar a educação básica em uma educação plural e inclusiva. Nesse processo, a escola, embora não possa mudar sozinha as concepções hegemônicas de gênero e de sexualidade, têm o potencial de - aliada aos movimentos sociais – propor e impulsionar as políticas públicas que contribuam para a diversidade e para a elaboração de uma educação transformadora, inclusiva e democrática (Passos, 2020). É preciso tensionar e subverter o processo de negação ao acesso e à permanência de travestis e pessoas trans nas escolas de modo a garantir uma educação que possa abraçar as pluralidades existentes na sociedade, que proporcione um espaço onde a prática da liberdade seja um ato de valentia e de coragem que gere outras liberdades no contexto educacional a fim de construir uma educação emancipatória e libertadora (Odara, 2020; Freire, 1987).

Palavras-Chave: Pedagogia-travesti; Educação emancipadora; Gênero e sexualidade; Democracia.

Referências

- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- Guacira Lopes LOURO (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.



SERΨÃO PROFESSORAS(ES)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO, QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação**. 01. Ed. Simões Filhos: Devires, 2020.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das travestilidades**. 105 f TCC (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, PUC-São Paulo, 2020.

SILVA, F. V. da et al. A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental. **Revista Latino-Americana De Enfermagem**, v. 29, p. e3459, 2021.

